

O esforço para equilibrar as contas públicas

Quanto mais cedo sair o pacote fiscal, mais cedo o mercado saberá como se ajustar às novas condições e menos danos serão causados por boatos. O governo sabia desde sempre que teria de cortar despesas com ou sem turbulência financeira. Essa era uma tarefa difícil num período eleitoral. O susto da semana passada tornou-a inadiável. Mas o risco de uma crise cambial obriga-o a ação mais dura do que poderia ser, se não tivesse tomado o susto. O Banco Central dobrou a taxa básica de juros. Essa decisão, associada à rápida intervenção no mercado de câmbio, exerceu de imediato a ameaça mais grave. O perigo pode não ter passado, mas, por enquanto, nada justifica a alegria da oposição mais irresponsável: o real continua em pé e o volume de reservas permanece adequado. Mas o governo sabe que não poderá manter os juros nas alturas em que os colocou por mais de dois ou três meses. Afinal, ele é o mais atingido por essa medida que lhe acrescenta R\$ 2 bilhões em suas despesas mensais. Balanço provisório: o Executivo anunciou publicamente a intenção de realizar os cortes, conseguiu importante apoio parlamentar e Brasília transmitiu, dessa forma, um recado importante ao mundo financeiro. O real, esta é a mensagem, não será defendido só pelo BC, e, na entrevista de quarta-feira, o presidente teve oportunidade de explicar isso muito bem.

O corte de gastos, de acordo com a primeira explicação oficial, será necessário para compensar o aumento da carga de juros. Ao tornar o crédito mais caro, para defender as reservas, o BC impôs ao Tesouro um custo adicional. Esse custo — aqueles R\$ 2 bilhões mensais — não poderá ser suportado por muito tempo. É preciso criar as condições para que as taxas de juro possam ser diminuídas com rapidez. Isso dependerá do quadro externo, ou seja, da normalização dos mercados, e também da firmeza que o governo continue a demonstrar na defesa do real. Isso é fundamental para a manutenção da confiança dos investidores internacionais na economia brasileira. É esse o principal objetivo do governo ao preparar o pacote fiscal, ainda que essas medidas, contribuindo para apressar o ajuste das contas públicas, tenham valor intrínseco. A conta de juros não é o único motivo real para uma contenção de gastos. Mesmo que os encargos financeiros do Tesouro voltem rapidamente aos níveis de antes da crise, será inteiramente justificado um esforço adicional, a partir de agora, para eliminar as causas estruturais do desequilíbrio das contas públicas. Será preciso, num primeiro momento, elevar o superávit primário, con-



tendo as despesas não financeiras. Com a alta dos juros, a economia, pelo menos durante alguns meses, perderá impulso. Isso afetará a receita pública. Não será por aí, portanto, que se chegará ao equilíbrio das contas públicas. Será bom que não se confirme a idéia infeliz de aumentar impostos — uma hipótese que tem causado inquietação no mercado financeiro.

O esfriamento da economia deverá reduzir as importações. Isso ajudará a diminuir o déficit comercial.

A indústria tentará, provavelmente, exportar mais, para diluir um pouco os custos fixos. Com juros elevados, o empresário também será mais estimulado a antecipar as operações de câmbio — uma forma de ter um ganho financeiro. Além disso, a inflação quase certamente continuará em queda. Se o câmbio continuar variando como ao longo deste ano, em torno de 0,6% ao mês em relação ao dólar, a desvalorização real poderá ser um pouco maior. Isso também beneficiará o exportador sem reflexos negativos no mercado interno.

Mas baixar a atividade não é a melhor maneira de equilibrar as contas externas. É solução de emergência. A boa saída é elevar a exportação, abrindo espaço a maior atividade e a mais empre-

gos. Mais do que nunca, a importância de uma política de competitividade é bem visível. Mas isso depende não só da empresa. A capacidade competitiva é afetada pelos custos financeiros, pelos serviços de infra-estrutura e pelo sistema tributário. Todos esses fatores podem ser melhorados com as reformas. O governo deve dar novos incentivos para a exportação e já está anunciando que fará isso.

Apressar as reformas não resolverá os problemas de hoje. Esses vêm sendo controlados pela ação do BC e pela mobilização iniciada pelo governo federal. As grandes mudanças na Previdência, na administração e no sistema tributário são urgentes, no

entanto, porque permitirão apressar a retomada segura do crescimento. Não basta dar o sinal para a expansão econômica, é preciso criar condições para um crescimento sustentável.

Não se trata de cumprir o programa deste ou daquele governante, mas de criar as condições indispensáveis para entrar no século 21 como um país de oportunidades e não como um manancial de crises. Noções como esta ficam mais claras quando ocorre um bom susto.

A disposição de apressar o ajuste fiscal é um sinal tranquilizador: a estabilidade será preservada